

2005_02_12

Agentes definem pontos iniciais para levar debate sobre tributação ao Congresso

A isenção da PIS/Cofins e a redução no valor do seguro-apagão estão entre as propostas

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios

11/2/2005

Representantes das principais associações do setor, da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, do Fórum Nacional dos Conselhos dos Consumidores de Energia Elétrica e da Amcham se reuniram nesta sexta-feira, dia 11 de fevereiro, para levantar possíveis propostas que visem à redução do impacto da elevada carga tributária e de encargos nas tarifas de energia. Na reunião de hoje, os agentes incluíram a isenção da PIS/Cofins e a redução do valor do seguro-apagão na lista de propostas. Um novo encontro está marcado para o dia 17 de março.

Segundo Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, os impostos e encargos possuem, hoje, o maior peso nos custos da tarifa de energia elétrica. Um levantamento desenvolvido pela Agência Nacional de Energia Elétrica mostra que a carga tributária responde por mais de 40% dos custos na tarifa para o consumidor final. A proposta mais defendida pelos agentes é a desoneração do PIS/Cofins para o setor. No ano passado, o Congresso aprovou medida provisória que definiu a nova sistemática de tributação do imposto. Isso resultou em um aumento das alíquotas de 3,65% para 9,25%.

O executivo lembra que, na época da discussão e aprovação da MP, alguns setores ficaram isentos desse novo sistema, como rodovias, telecomunicações, odontologia, telemarketing, parques temáticos e empresas de call center. "Não entendemos por que o setor elétrico ficou de fora dessa isenção, já que abrange praticamente toda a população brasileira", questiona Sales.

O presidente da CBIEE diz que o assunto será levado novamente ao Congresso neste ano para que haja uma revisão na medida e permita a isenção da PIS/Cofins para o setor elétrico. Outra questão que preocupa os agentes é a cobrança do seguro-apagão. O encargo, atualmente fixado em R\$ 0,0067 o kWh/mês, será cobrado até 2006. No entanto, os agentes reivindicam a redução do valor cobrado através da reversão das multas aplicadas aos donos das térmicas emergenciais em créditos aos consumidores.

A Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial diz que o montante recebido por meio de multas é abatido do valor a ser pago aos empreendedores. Essa medida, segundo a CBEE, já permitiu uma redução de 22% no valor do encargo no final do ano passado. A comercializadora deve se reunir neste mês com a Agência Nacional de Energia Elétrica para discutir uma nova redução no seguro-apagão.

|